

ASPECTOS HISTÓRICOS DAS CRECHES NO BRASIL

LEANDRO, Cleiciane Vedovetto¹
LEANDRO, Maria Cleitiane Vedovetto²
ARCANJO, Roliane dos Santos³
VALADARES, Aparecida do Carmo⁴
BRIZOLA, Silene Francisca Santos⁵
SANTOS, Cristiane Rodrigues⁶
SOUZA, Silvane Alves⁷
CARVALHO, Elen Daiane da Silva⁸

RESUMO:

O presente artigo vem compreender como aconteceu o desenvolver das creches como instituições de aprendizagem no país em os seus contextos históricos. Compreender esses espaços como lugares de desenvolvimento humano nos faz refletir sobre como a educação infantil avançou no país desde seus primeiros olhares para a criança pequena. Para a tessitura deste texto nos reportamos a historiados, autores e pesquisas que nos remetem a entender que a Educação Infantil e seus espaços ganharam lugar e significações na vida das crianças, passando de uma concepção assistencialista e vindo numa perspectiva de aprendizagem e desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Educação Infantil. Creche. Educação.

1. INTRODUÇÃO

¹Graduada em Pedagogia (UNEMAT-2015). Especialista em Educação Infantil (FACULDADE SÃO LUIS-2017), professora efetiva na creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes em Juara-MT.

² Graduada em Pedagogia (UNEMAT-2015). Especialista em Educação Infantil (FACULDADE SÃO LUIS-2017), Técnica de Desenvolvimento Infantil efetiva na creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes em Juara-MT.

³Graduada em Pedagogia (UNEMAT-2017) e Técnica de Desenvolvimento Infantil efetiva na creche Municipal Luis Inácio do Nascimento em Juara-MT.

⁴ Graduada em pedagogia. Professora efetiva na Escola Municipal Maria das Graças Calmon Requena.

⁵ Graduada em Pedagogia (UNEMAT-2009), Especialista em Educação Infantil, (FINON-2011), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, (UNINTER- 2011) e Técnica de Desenvolvimento Infantil efetiva na creche Municipal Luis Inácio do Nascimento em Juara-MT

⁶ Ensino médio e Apoio Administrativo Educacional – Nutrição Escolar efetiva na creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes em Juara-MT.

⁷ Graduada em pedagogia. Professora efetiva na creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes, em Juara-MT.

⁸ Graduanda em pedagogia pela Universidade estadual de Mato Grosso (UNEMAT).

A criação de instituições que envolvesse o cuidado das crianças, hoje denominadas como creches se deram por meio da evolução, não só do Brasil, mas do mundo, pois a inserção da mulher no mercado de trabalho foi de grande relevância para que essa realidade começasse a se transformar no país, uma vez que a presença feminina se modifica desde o início do século XVIII, quando as mulheres passaram a não se dedicar somente a família e a casa, mas também nas atividades remuneradas para auxiliar no orçamento familiar, como expõe Oliveira (1988, p. 44).

A história da creche liga-se a modificações do papel da mulher em nossa sociedade e suas repercussões no âmbito da família, e especial no que diz respeito à educação dos filhos. As mudanças daquele papel inserem-se no conjunto complexo e contraditório de fatores presentes em nossa organização social com suas características econômicas, políticas e culturais.

Essas transformações começaram a dar novos caminhos a essas crianças, principalmente à classe pobre que necessitava de maior apoio, não só em cuidados para os pais trabalharem fora, mas também para o cuidado da saúde e higiene desses pequenos, pois a taxa de mortalidade infantil nessa época era elevada.

Oliveira (1988) assevera que as instituições que amparavam as crianças para que os pais pudessem trabalhar fora de casa se deu no século XVIII, quando esta prática começou a ser realizada pelas instituições religiosas apenas com o fundamento de amparar crianças abandonadas, principalmente, nas rodas de expostos que, na maioria das vezes, essas crianças eram frutos de abusos sexuais cometidos contra negras e índias pelos seus senhores, e com isso eles/as eram abandonadas nessas rodas ou adotadas por fazendeiros para posteriormente se tornarem mão de obra em suas terras.

Essa realidade começa a se transformar com a evolução no setor industrial, pois como os homens exerciam mão de obra nas lavouras, as mulheres passaram a ingressar nas fábricas, e com isso a luta para que seus/as filhos/as tivessem lugar para ficar se iniciou. Vale ressaltar que esse processo se deu de forma vagarosa, pois para os proprietários das fábricas a única coisa que eles visavam eram os lucros, a situação de seus operários/as não os importava muito.

A necessidade de ajuda nos cuidados com os filhos foi produzida pelo novo sistema econômico industrial. Mas não foi reconhecido como um dever social. Algumas creches próximas às fabricas foram criadas pelos empresários e usadas nos ajustes das relações de trabalho. Ainda assim, o discurso existente na época era de um ideal de mulher voltada para família e cuidado com os filhos no ambiente doméstico. O atendimento à criança pequena em creches era de cunho assistencialista, o higienismo dominava a expectativa de educação de crianças pequenas. (SEABRA, 2013 p. 83).

Desenvolvimento

Foi a partir da atuação dos sindicatos trabalhistas na década de 20 que essas mulheres conseguiram um espaço para seus filhos/as ficarem, mas isso aconteceu somente depois de uma manifestação a favor dos cuidados de seus filhos/as realizada por essas operárias, quando estas passaram a receber cuidados em relação à higiene e alimentação, o que diminuiu a taxa de mortalidade e o descaso que essas crianças sofriam.

Para Bujes, 2001, p. 14,

As creches e pré-escola surgiram depois das escola e seu aparecimento tem sido muito associado com o trabalho materno fora do lar, a parti da revolução industrial. Devemos lembrar, no entanto, que isso também esteve relacionado a uma nova estrutura familiar, a conjugal, na qual pai/mãe/seus filhos passaram a constituir uma nova norma, diferente daquelas famílias que se organizavam de forma ampliada, com vários adultos convivendo num mesmo espaço, possibilitando um cuidado que nem sempre estava centrado na figura materna.

Com a intervenção das operárias em relação à criação dos/as filhos/as no setor industrial o governo passa a perceber essas crianças de uma forma diferente, o que resultou na criação dos primeiros institutos para o cuidado com esses/as pequenos/as. Todavia, nessa época ainda não havia intervenção pedagógica, as instituições eram apenas vistas como assistencialistas, visto que a preocupação, nesse processo, era somente com o cuidar (OLIVEIRA, 1988).

Por outro lado, as crianças advindas das classes mais abundantes eram educadas com o propósito de ensinar, uma vez que para as classes dominantes não era de grande interesse que crianças pobres tivessem o mesmo grau de instrução que era garantido aos/as seus/as filhos/as.

Na década de 30, segundo Oliveira (1988), um grupo de pessoas sanitárias começou a intervir em relação aos cuidados das crianças como também na classe operária, pois a periculosidade de epidemias em creches passa a ser considerada alta em relação às crianças atendidas nesse espaço, sendo assim há uma pequena intervenção de outros grupos no tratamento dessas crianças, mesmo que continuasse ainda somente sendo de cunho assistencialista, sem nenhuma percepção para o desenvolvimento intelectual e afetivo dessas crianças.

Outro fator relevante em relação à evolução das instituições infantis no Brasil se deu entre a década de 40 a 70, pois nos anos 40 o discurso médico e de outros grupos voltou-se para as camadas mais pobres a fim de prevenir a marginalidade e a criminalidade entre essas classes mais abastadas de conhecimentos e situações financeiras. Segundo Oliveira (1988, p. 48), nessa perspectiva, as creches passaram a ser concebidas como agente promotora de segurança e saúde, porém não houve uma análise crítica dos fatores econômicos, políticos e sociais presentes nas condições de vidas da população mais pobre.

Oliveira (1988) destaca que na década de 70, essas creches começaram a ser transformadas, mesmo que essa prática alcançasse somente as creches e pré-escolas que atendiam as crianças de classes mais favorecidas, porém significativamente contribuiu para a evolução contínua das creches que atendiam as classes mais pobres.

Nesse período, as reivindicações aumentaram em relação à obrigatoriedade do estado para a garantia desse direito a criança e aos/as trabalhadores/as das classes menos favorecidas nesse processo de consolidação de dever do Estado à oferta de creches. Essas lutas não estavam envolvidas somente operárias, mas também contou com grande apoio dos movimentos feministas atuantes, na época, para reivindicar junto aos órgãos públicos municipais, sindicatos e associações de classe a garantia do atendimento em creches.

Dessa forma, houve várias negociações trabalhistas, quando começaram as discussões a respeito do atendimento aos/as filhos/as desses/as trabalhadores/as se fez necessário o aumento de creches mantidas pelas indústrias, comércio e órgãos públicos, para que filhos/as de seus/as funcionários/as pudessem usufruir desse espaço, algumas empresas davam uma ajuda de custo para que seus/as funcionários/as pudessem pagar uma creche particular de sua livre escolha para seus/as filhos/as.

Depois de muitas lutas e reivindicações populares, o país conseguiu inúmeros benefícios no que se refere à educação brasileira, porém não podemos esquecer também que os brasileiros, principalmente, os da camada popular sofreram muito até chegarem a essas conquistas, notadamente, com o Regime Militar que antecedeu essas reivindicações.

Após o terrível Regime Militar que o país enfrentou começou-se a discussão por uma nova Constituição, que se deu após, “a educação na Constituição do Brasil de 1967” onde tinha em seu teor a emenda constitucional nº 1 de 1969, que trazia a educação como um processo que privilegiava somente o interesse da ditadura militar, sendo esta a primeira constituição outorgada e promulgada após o golpe militar de 1964, como retrata Veronese e Vieira (2003),

A Emenda Constitucional nº 1/69 funcionou como uma dura continuação dos princípios arbitrários estabelecidos em 1967. No que se refere à educação, todos os retrocessos foram mantidos, aumentando, inclusive, o caráter ditatorial instituído em 1964 (p. 107).

A partir desses movimentos sociais que envolveram inúmeros processos que interviram para o melhor atendimento as crianças pequenas no Brasil, começa uma grande discussão acerca não só dos direitos sobre a educação, mas sim do direito de todos. Desde então surge a Constituição Federal de 1988, que veio para garantir o direito mínimo de sobrevivência daqueles que por muito tempo foram ceifados durante a ditadura militar.

A Constituição de 1988 foi elaborada por deputados e senadores da época, sendo a sétima constituição do país que, por sua vez, foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988, que contempla nove títulos que garantem na lei os direitos de todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua classe

social, religião, cor ou etnia, que são eles: Princípios Fundamentais; Direitos e Garantias Fundamentais; Organização do Estado; Organização dos Poderes; Defesa do Estado e das Instituições Democráticas; Tributação e Orçamento; Ordem Econômica e Financeira; Ordem Social; Disposições Constitucionais Gerais.

Em seu oitavo título da constituição de 1988 com a temática da ordem social no seu capítulo III, que menciona a educação, a cultura e o desporto, que destaca na seção I a educação, que envolve os artigos 205 a 214, que enfatizam desde os direitos e deveres até a destinação dos recursos para a educação.

Desde então começa a realmente a haver mudanças na educação brasileira no que tange a educação infantil, uma vez que deixa de ser responsabilidade somente dos pais e passa a ser também dever do Estado.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2012, p.121).

Sendo assim, podemos perceber que a educação passou a ser vista de forma diferente, uma vez que começa a ser direitos de todos e, principalmente, dever do Estado para que possa garantir essa educação para todos.

Segundo Lima *et al*, (2012, p. 93),

Na Constituição Federal (1988), o direito à Educação Infantil das crianças é próprio delas, não apenas das mães trabalhadores que necessitam de lugares para “deixar” seus filhos e filhas enquanto trabalham. Isso significa um novo lugar para a criança na sociedade: um sujeito de direitos que precisam ser concretizados.

Por meio desta afirmação, percebemos que as creches públicas no país precisam inserir todas as crianças, independente dos pais e/ou responsáveis estarem inseridos no mercado de trabalho ou não, uma vez que o direito à Educação é de todos/as, como mencionado anteriormente.

Após 2 anos do grande marco da história, que foi a constituição de 1988, criou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que foi instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990, que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente.

O ECA veio para garantir a proteção dessas crianças desassistidas pela sociedade e pelo poder público, uma vez que elas não tinham os seus direitos garantidos pelo governo, direitos esses como educação, saúde, vida, respeito, convivência familiar, liberdade, dignidade, entre outros, com a criação do ECA esses direitos passaram a ser vistos tanto pela sociedade quanto pelos governantes.

Por outro lado, o ECA foi muito criticado pela sociedade, pois as pessoas acreditavam e algumas ainda acreditam que esse estatuto veio para tirar autonomia dos pais em relação a seus filhos, ao contrário de que se pensava naquela época em que o ECA veio somente para proteger os adolescentes quando estes praticavam algum ato infracional, porém não é dessa forma que acontecia, pois o estatuto apresenta a penalidade de cada ato infracional por meio de medidas socioeducativas, como retrata Grandino (*apud* Monte et al, 2011).

Tanto o ECA como a Constituição de 1988 contribui muito para a educação do nosso país, uma vez que a partir deles as crianças começaram a ser vistas como cidadãos, tendo seus direitos garantidos por lei, direitos esses que constam no art. 53 e 54 do ECA (2010), onde traz que as crianças e os adolescentes têm direito a educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, garantia de igualdade de condições para o acesso e permanência nas escolas públicas e gratuitas próximo as suas casas, entre outros, e deixa explícito que é dever do estado assegurar essas crianças e adolescentes, o acesso à escola, atendimentos educacionais especializados para crianças especiais, dentre outros, inclusive, nas creches e pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos de idade.

Outra grande evolução que aconteceu em nosso país em relação à educação foi a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei 9.394/96, que veio para enfatizar ainda mais a Educação e o direito a ela. Um dos aspectos relevantes com referência à LDB foi a garantia e o funcionamento de cada etapa da educação que a criança ou adolescente esteja inserido, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

No que nos diz respeito aos direitos das crianças, para ter acesso à educação básica a LDB, ao abordar a educação infantil, enfatiza que esta

modalidade de ensino é a primeira etapa da educação básica, que atende crianças de até seis anos de idade, tendo como objetivo o desenvolvimento dessas crianças e, ao mesmo tempo, complementar a ação da família, como afirma o artigo 29º:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual, social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, p.12).

Com essa finalidade, a educação infantil deixa de ser vista como assistencialista e assume uma dimensão do educar e do cuidar, com vistas a promover o desenvolvimento das crianças em suas diferentes dimensões. Ao reportar sobre a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), nos diz que essa se divide em duas modalidades, sendo creches que atende crianças de 0 a 3 anos e pré-escola que atende crianças de 4 a 6 anos de idade. As creches podem avaliar o desenvolvimento das crianças por meio de relatórios e as frequências, porém, não é um pré-requisito para que estas ingressem no ensino fundamental.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), a proposta pedagógica deve respeitar três princípios, sendo o ético, em que o professor deve respeitar as diversas culturas, pois sabendo que as salas de aulas são compostas por várias crianças que não são da mesma cultura, cada uma tem sua identidade e o professor precisa respeitar esse universo cultural; outro princípio, é o político, do direito da cidadania, do cidadão crítico e do respeito a ordem democrática e, por último o estético, que valoriza as expressões artísticas, a criatividade das crianças, a ludicidade, o brincar que é fundamental no processo de desenvolvimento da criança, pois sabemos que é possível aprender brincando, e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais, uma vez que importante que a criança tenha sua liberdade respeitada para que ela possa se expressar, seja em atividades livres ou direcionadas.

Essa proposta tem como objetivo garantir a todas as crianças acesso aos conhecimentos, e a aprendizagens de diferentes linguagens, como

também o direito a proteção, saúde, liberdade, confiança, respeito, dignidade, brincar, convivência e interação com as demais crianças dentro e fora do ambiente escolar.

Para que esses objetivos sejam alcançados é preciso que a escola se organize, juntamente com a comunidade escolar, desde os funcionários, a família, para que ocorra assim o trabalho coletivo, visando, dessa forma, a organização de materiais, tempo e de espaço nessas instituições de ensino, mantendo sempre um diálogo com a família pensando no bem estar da criança.

Outro documento de grande importância para a Educação Infantil são os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil (RCNEI), criado pelo Ministério da Educação (MEC), que contém 3 volumes, sendo eles Introdução; Formação pessoal e Social e Conhecimento do mundo.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil teve como principais documentos norteadores para sua criação as leis que já citemos acima, ECA, Constituição Federal, LDB e inúmeros outros, visando principalmente e unicamente o desenvolvimento das crianças em cada faixa etária que a mesma encontra.

Os RCNEIs vêm trazer concepções e orientações que permeiam a Educação Infantil de forma que possa auxiliar os/as professores/as em suas práticas pedagógicas em todas as faixas etárias que as crianças se encontram, uma vez que esse documento está disponível gratuitamente para as instituições e seus profissionais.

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEIs) de acordo com sua apresentação estão organizados das seguintes formas:

- Um documento Introdução, que apresenta uma reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, situando e fundamentando concepções de criança, de educação, de instituição e do profissional, que foram utilizadas para definir os objetivos gerais da educação infantil e orientaram a organização dos documentos de eixos de trabalho que estão agrupados em dois volumes relacionados aos seguintes âmbitos de experiência: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo.
- Um volume relativo ao âmbito de experiência Formação Pessoal e Social que contém o eixo de trabalho que

favorece, prioritariamente, os processos de construção da Identidade e Autonomia das crianças.

- Um volume relativo ao âmbito de experiência Conhecimento de Mundo que contém seis documentos referentes aos eixos de trabalho orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. (BRASIL, 1998, APRESENTAÇÃO).

Os RCNEIs apresentam inúmeros objetivos perante a Educação Infantil de acordo com as necessidades presenciadas dentro das instituições, de forma que possa auxiliar no desenvolvimento pedagógico das crianças e um desses objetivos é utilizar as brincadeiras como ferramenta de aprendizagem para as crianças.

Considerações Finais

Com esses fatores compreendemos que a Educação Infantil passou por constantemente transformações ao longo dos anos e compreendemos que o conceito do brincar é permeado por situações vivenciadas nas creches, onde professores/as utilizam esse método para alcançar seus objetivos com crianças de diferentes idades, usando o imaginário delas como recurso pedagógico de forma que possa mediar o aprendizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. – **Educação infantil: prioridade imprescindível.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: Orientações gerais e marcos legais** / Organização: Ricardo Lovatto Blattes . – 2. ed . – Brasília : MEC, SEESP, 2006

_____. **ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente/** Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente CEDCA/MT – Governo do Estado de

Mato Grosso _ Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social, 2009.

_____. **Lei 9394 de 1996**. Promulgada em 20/12/1996. Brasília Editora do Brasil (LDB) .

_____. **Referencial Curricular da Educação Infantil** – Ministério da Educação. Brasília/SEF 1998.

HUIZINGA, J. Homo Ludens. **O jogo como elemento da cultura**. 4. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

TEIXEIRA, Carlos E. J. **A ludicidade na escola**. São Paulo: Loyola, 1995.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, H. **As Origens do caráter na Criança**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1981